



DINÂMICAS ESTATAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS. UMA ANÁLISE DA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Jair dos Santos Xavier¹

RESUMO:

O presente trabalho tem como principal finalidade, entender o funcionamento do Estado a partir do processo de formulação de uma política pública. Seguindo a perspectiva de que uma política pública está atrelada a um conjunto de fatores socialmente construídos, e que estes fatores envolvem uma série de atores e instituições que usam do meio político para promover seus interesses e alianças. Em especial, para essa pesquisa, buscou-se fazer uma análise sociológica das dinâmicas internas da política pública durante o processo de implementação e administração da “Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Estado de Sergipe”, analisando os fatores históricos que constituíram tal política, além de observar as dinâmicas internas atuais, compreendendo que o funcionamento do Estado é movido a partir das relações estabelecidas internamente no decorrer das políticas, relações essas que formam a base para construção da política pública, a partir das relações que envolvem a Política Partidária, Instituições, Atores e Estado. Portanto, tal fenômeno construtivista envolvendo a situação dos resíduos sólidos no estado, permite um recorte para este artigo que trata basicamente de dois momentos cruciais para a compreensão do fenômeno como um todo: a construção social do problema público ambiental, e as relações sociais internas envolvendo a política partidária.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Resíduos Sólidos. Estado.

¹ Bacharel em Ciências Sociais – UFS. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFS. Integrante do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP) – UFS. E-mail: xaviersociologia@outlook.com

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo, promover uma discussão mais objetiva sobre alguns resultados de uma pesquisa homônima de monografia (Xavier, 2018), acerca do funcionamento do Estado para com a formulação de políticas públicas. No caso, tal pesquisa foi voltada a estudar a gestão dos resíduos sólidos em Sergipe, relacionando a construção dessas políticas com as dinâmicas internas entre os atores e instituições envolvidas.

Diante disso, parte-se da perspectiva de que as decisões governamentais, não estão diretamente ligadas aos problemas públicos. Esses precisam estar relacionados com os interesses específicos dos grupos envolvidos, para assim ter legitimidade de uma demanda política. Portanto, tal fenômeno construtivo envolvendo a situação dos resíduos no estado, permite um recorte para este artigo que trata basicamente de dois momentos cruciais para a compreensão do fenômeno como um todo: a construção social do problema público ambiental, e as relações sociais internas envolvendo a política partidária.

A análise das relações entre Estado, partidos políticos e políticas públicas tem implicações para a ampliação das possibilidades de discussão sobre as dinâmicas de funcionamento da política e de suas relações com as agências governamentais. Do mesmo modo, o levantamento aqui proposto permite contribuir para com a comparação de casos típicos de lideranças de grupos dirigentes, de partidos políticos e da administração pública em esferas diversificadas, conduzindo a análise à uma apreensão da diversificação quanto às condições sociais, políticas e culturais de possibilidade do exercício de tais práticas.

É necessário esclarecer que, uma política pública de caráter ambiental é construída socialmente, a partir de uma série de vertentes que perpassam o meio político, econômico, midiático, social e científico, legitimando fundamentalmente o problema público. Toda problemática aqui retratada, envolvendo a gestão dos resíduos sólidos perpassa por três fases principais: a identificação e construção do problema público; a formulação da política pública; e por último seu funcionamento interno. Todo esse processo agrega uma série de setores da sociedade que se relacionam em diversas competências diferentes, mas todos conectados em torno da política.

A Gestão Integrada de Resíduos Sólidos é uma política pública de iniciativa governamental projetada no intuito de ser uma “política sustentável”, constando essa em diretrizes internacionais, completamente voltadas ao controle dos problemas ambientais, agravados pela produção de resíduos. Essa política almeja elaborar um conjunto de ações, de forma a considerar as dimensões políticas, econômicas, ambientais, culturais e sociais, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável.

Todo planejamento, aplicação, controle e avaliação da política pública é gerido por uma série de instituições e órgãos públicos, e estes trabalham em conjunto nos trâmites políticos sobre a responsabilidade dos governos locais.

Observando a política de Gestão dos Resíduos Sólidos como um todo construído socialmente, é possível chegar a resultados que mostram a constituição básica de dois hemisférios que capitaneiam o estudo sobre essa política, as relações sociais externas e as relações sociais internas. Tais relações são fundamentais para compreender o processo de inserção de ideologias, demandas políticas e sociais, vínculos, e interesses macroestruturais e microestruturais no contexto das políticas ambientais.

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO PROBLEMA PÚBLICO AMBIENTAL

Parte da literatura brasileira sobre “Estado e Políticas Públicas” têm se caracterizado pela predominância de reflexões normativas referentes ao papel do Estado no “desenvolvimento da nação” (MELO, 1999), enquanto outras estão mais preocupadas com os modelos de “reforma do Estado” (SOUZA, 2006). Essa pesquisa pretende se inserir em uma investigação concreta das dinâmicas de funcionamento do estado e de suas relações entre atores e instituições com as políticas efetivamente desenvolvidas (MARQUES, 2003).

Uma das bases de pesquisa, utilizada aqui como referência encontra-se em Oliveira (2009), onde o autor faz uma análise da história social do setor de proteção ambiental analisando as dinâmicas que envolvem as dimensões ambientais, sociais, culturais, políticas e econômicas desse setor, demonstrando como ocorre o processo onde a lógica social de uso da expertise adentra nas políticas públicas de gestão ambiental. Ele aborda que a maioria dos trabalhos científicos sobre a

problemática ambiental possui como principais linhas, as análises de impacto ambiental e dos estudos macroestruturais que agregam todo fenômeno a uma lógica de expansão do capitalismo, o que demonstra certo “núcleo de causas militantes” dentro dos trabalhos acadêmicos.

Para Oliveira (2009), as dinâmicas e lógicas locais devem receber um valor maior entre os trabalhos, não podendo reduzi-las a abordagens macroestruturais, mas buscar compreendê-las a partir do âmbito social. Portanto, esse estudo das dimensões locais deve partir de uma investigação dos processos de formulação e implementação das políticas públicas e suas relações com os grupos dirigentes e suas redes de relação.

Como mostra Hannigan (2009), um problema ambiental é uma construção social de diversas perspectivas como, filosofias, ideologias, especialidades, iniciativas, além dos vínculos e interesses disputados pelos diversos grupos dentro das arenas sociais. É preciso tornar o problema visível perante os interesses dos grupos envolvidos, e para tal existem critérios que permitem entender essas fases de construção do problema público são eles: a autoridade científica, a popularização, a mídia, os incentivos e por último os patrocínios.

Deste modo, um problema público configura-se primeiramente pela “autoridade científica” para sua validação, por essa perspectiva é possível perceber o modo como os grandes temas ambientais, estão relacionados em pesquisas científicas das mais diversas áreas, humanas, exatas e biológicas. Além disso, tais estudos oferecem às ferramentas utilizadas pelas instituições ligadas as questões ambientais, essas que realizam trabalhos de análises de diagnóstico ambiental, relatórios técnicos próprios do estado ou realizados por empresas de consultoria em engenharia ambiental, fora os panoramas e planos de domínio regional e local, atividade que de um modo geral está ligada a grupos especializados (expertise) vinculados ao estado.

Um segundo momento está relacionado à “popularização” da causa ambiental, aproximando o meio científico da população, a partir de perspectivas socialmente estabelecidas de gravidade a causa e etc. como, por exemplo, toda política de proteção ambiental e sustentabilidade mobilizada em meados dos anos 90 e início dos anos 2000, com as novas preocupações políticas sobre o meio ambiente e os novos modelos de gestão ambiental, esse mesmo momento de aproximação

científica irá servir de base para toda construção do problema público em outros momentos.

O terceiro momento trata-se do enfoque dado à “mídia”, esse que é alimentado pela “sensibilidade socioambiental”, dilemas relacionados ao futuro do meio ambiente, toda propagação publicitária em torno da poluição da camada de ozônio e os números exorbitantes de regiões degradadas, ou seja, temas marcantes de grande propagação midiática. Em um quarto momento, encontram-se os incentivos econômicos para concretização de políticas voltadas para todas essas demandas exploradas nas fases anteriores, onde normalmente estão relacionados os recursos federais que são repassados para as outras instancias, além das participações do setor privado em projetos de todos os portes.

E por último o patrocínio institucional que está diretamente ligado às relações de âmbito internacional com a ONU, que em certo momento domina o discurso de defesa do meio ambiente atingindo um patamar de grande influência global sobre a causa e conseqüentemente sobre a política.

Compreende-se que o conceito de política ambiental acompanha o novo modelo de desenvolvimento, e que, portanto tais políticas são voltadas a ideia de interferir nos projetos desenvolvimentistas para assim promover a preservação do meio ambiente e de seus recursos naturais. Os países industrializados e em melhores condições sociais passam, portanto a tomar as providencias necessárias para reduzir a distância que os separa dos países em desenvolvimento, sendo que nesses países os problemas ambientais estão geralmente relacionados com a industrialização e o desenvolvimento tecnológico, buscando assim promover avanços significativos para com a preservação ambiental (NEDER, 2002).

É no quadro internacional mais especificamente na década de 70, que a questão ambiental emerge como uma necessidade geral das nações, tendo como princípio estabelecido à pretensão de salvaguardar o meio ambiente e produzir medidas capazes de garantir uma sociedade global que fosse devidamente “sustentável”. Esse período foi marcado por inúmeras preocupações socioambientais como, por exemplo, com a redução dos estoques de recursos não renováveis, o que disseminou no meio político a ideia de uma necessidade de substituir as fontes energéticas por energias renováveis, além da necessidade dos países em desenvolvimento em promover condições devidamente humanas de

sobrevivência para as parcelas mais pobres, privadas de direitos básicos de subsistência (NEDER, 2002).

Observando o problema ambiental a partir de uma perspectiva mais geral, é possível perceber como a ONU – Organização das Nações Unidas tornou-se um referencial mundial nas intervenções e medidas a favor do meio ambiente. Dois momentos merecem grande destaque como fatos da sociedade, fundamentais no combate aos problemas ambientais, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, também conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a RIO 92, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Ambas as conferências foram de fundamental importância para construção de políticas de gestão ambiental, regulamentações e acordos entre centenas de países sobre as condições do meio ambiente e todo processo de desenvolvimento urbano e industrial. Nesse contexto está inserida a gestão dos resíduos sólidos como política pública resultante desses momentos políticos (LOUREIRO, 1995).

No Brasil as conferências trouxeram resultados significados para política ambiental principalmente no sentido de formulação de uma nova agenda de políticas públicas voltadas para a ideia da sustentabilidade no desenvolvimento econômico e industrial, atrelada a uma noção de respeito aos direitos sociais necessários para se atingir patamares mais elevados de desenvolvimento de acordo com os padrões estabelecidos nesse momento político.

Com tudo foi a partir do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, de 2010 (primeiro ano do recorte aqui realizado), que foi adotada no país a definição de gestão integrada de resíduos sólidos como o conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para o caso dos resíduos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2010a).

Embora a gestão dos resíduos sólidos urbanos seja uma atribuição municipal, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estabelece mecanismos de indução deste modelo de coleta seletiva, por meio da disponibilização de recursos para os municípios que elaborem seus Planos de Gestão Integrada de Resíduos seguindo esta diretriz. Em 2008, a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico apontava a existência de 994 municípios (18% dos municípios do país) com coleta seletiva, a maioria deles (65,7%) com catadores organizados (IBGE, 2010).

AS RELAÇÕES SOCIAIS INTERNAS ENVOLVENDO A POLÍTICA PARTIDÁRIA.

Compreende-se que o problema ambiental dos resíduos sólidos é uma construção social, resultante das relações sociais entre a sociedade, organizações, instituições, Estado e fatores externos que convergem em uma política pública. Essas relações sociais externas contextualizam o nascimento do problema público e ao mesmo tempo das políticas públicas voltadas para esse problema (HANNIGAN, 2009).

Logo, é possível abordar o segundo ponto proposto para este artigo, esse que expõe de maneira objetiva e paradigmática as relações internas a respeito da política partidária envolvida no funcionamento interno da gestão dos resíduos e também das relações que ocorrem entre agentes e instituições.

Observando a estrutura onde a Gestão de resíduos sólidos do estado de Sergipe está fundada e como a mesma vem sendo realizada, foi possível perceber a presença de diversas instituições e atores sociais dos mais diversos segmentos, tanto ligados diretamente à causa ambiental quanto membros mais distantes da causa.

Alguns atores respondem, em entrevistas, por setores específicos de algumas das instituições relacionadas à política, sendo essas aqui analisadas, a SEMARH (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos), ADEMA (Administração Estadual do Meio Ambiente), EMSURB (Empresa Municipal de Serviços Urbanos) e a Prefeitura Municipal de Aracaju.

Tais instituições foram destacadas como importantes para compreender o processo de funcionamento do Estado para com a Gestão dos Resíduos, a partir da análise dos projetos estaduais e municipais de gestão, como também da observação das notícias ligadas ao assunto que foram publicadas nos últimos anos. Essa análise prévia utilizada para destacar as instituições exploradas também serviu como fonte para obtenção de informações acerca do tema, complementando as pontuações adquiridas em entrevistas.

As instituições analisadas para o quadro dessa amostra fazem parte de um processo “integrado” de administração da questão dos resíduos sólidos no estado. Essas instituições são responsáveis por; elaborar as políticas públicas; administrar essas políticas, realizar tarefas burocráticas, além de realizar funções que podem

ser entendidas como o suporte técnico e suporte logístico para realização das políticas públicas.

O quadro geral da gestão dos resíduos sólidos mudou significativamente após o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, promulgado pela Lei nº 12.305 de 2010, graças ao novo modo de perceber a questão dos resíduos como problema público, como também trouxe mudanças para as medidas administrativas das políticas públicas. Dentro do contexto dessa análise, o Plano Nacional foi o último marco significativo das relações externas para com as políticas públicas locais de gestão dos resíduos.

Algumas das realizações pré-estabelecidas pelo Plano nacional já eram praticadas pelo estado de Sergipe em 2010. Uma das medidas já encontradas nesse período foi a presença de setores ligados diretamente a comunidade civil no processo de gestão dos resíduos sólidos, essa dinâmica era presente com as parcerias de coleta seletiva realizadas entre as cooperativas de catadores locais e o Estado. Mesmo que ainda incipiente essa atividade serviu de base para formulação de outros projetos, como o aprimoramento da estrutura de reciclagem dos resíduos sólidos, além do aprimoramento para projetos de educação ambiental.

Além dessa conjuntura local de gestão dos resíduos o governo do estado em 2010 deu início a implementação de seus primeiros projetos que iriam de acordo com o Plano nacional, como a Implementação do aterro sanitário de Aracaju. No mesmo ano, diversas medidas administrativas foram mobilizadas, promovendo toda uma logística de corpo especializado para instalação do Aterro Controlado, localizado no bairro Santa Maria em Aracaju, no intuito de suprir outra determinação, a extinção dos lixões com prazo final até 2014. O estado de Sergipe passou a viabilizar politicamente novos recursos para diversos projetos internos sendo que, por conta das relações de afinidade partidária nas três instâncias desse período, foi possível estabelecer um posicionamento político favorável e facilitador para os projetos do estado a nível federal (mandato Lula), estadual (mandato Marcelo Deda) e municipal (mandato Edvaldo Nogueira).

Tratando-se da aproximação entre as três instâncias administrativas, é relevante constatar o modo como o Ministério do Meio Ambiente, instituição responsável pelas questões ambientais a nível federal, dialoga com o Governo do Estado, viabilizando principalmente projetos como a construção dos Consórcios regionais do estado, construção dos aterros sanitários, entre outros que adequaram

o estado de Sergipe dentro dos parâmetros exigidos pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

A construção dos consórcios, por exemplo, foi fundamental para o estado de Sergipe viabilizando a gestão dos resíduos a partir da divisão territorial, facilitando a logística, distribuição de recursos e a integração de setores antes excluídos do processo.

No total foram criados quatro consórcios intermunicipais abrangendo os 75 municípios do estado, sendo primeiramente estabelecido o consórcio do Baixo São Francisco com 28 municípios, em seguida o consórcio do Agreste Central com 20 municípios, Sul-Centro Sul com 16 municípios, para por último ser constituído o consórcio da Grande Aracaju com seus 11 municípios. Sendo que essa ordem de construção foi estabelecida pelo Ministério do Meio Ambiente exigindo que o primeiro consórcio a ser formulado fosse o Baixo São Francisco, e não o da Grande Aracaju, mesmo que essa região tivesse uma maior concentração de habitantes e agentes geradores de resíduos, mas como as instituições, ligadas a questão ambiental em todo país, estão sujeitas a estrutura do SISNAMA (Sistema Nacional do Meio Ambiente) e as regras estabelecidas pelo CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), os recursos foram enviados primeiramente para formulação do consórcio do Baixo São Francisco.

É interessante perceber como a gestão de uma política pública mesmo que envolvida de conhecimento técnico, e demandas nacionais e internacionais, está sobre a influência das dinâmicas da política partidária. Em um primeiro momento existe uma propagação do discurso por parte dessas instituições sergipanas, onde as mesmas formulariam e executariam as políticas de gestão dos resíduos sólidos, a serviço do meio ambiente e agregando uma participação maior da sociedade civil.

Porém, o que foi constatado é que na verdade existe uma atuação predominante das instituições e do uso da expertise na área ambiental para produzir políticas, além do que foi possível constatar que grupos da política partidária ligados aos cargos eletivos, são diretamente influentes sobre as instituições e sobre os agentes da expertise, direcionando as políticas públicas para atender as demandas desses grupos, chegando ao ponto de viabilizar ou não a execução das políticas.

Um fato interessante a respeito dessa relação com a política partidária ocorreu no momento de construção dos consórcios. Trata-se do consórcio da Grande Aracaju que inicialmente foi embargado pela prefeitura de Aracaju e

consequentemente afetou os outros municípios da Grande Aracaju. O fato é que a gestão da capital recusou-se a participar da divisão do consórcio, declarando ao Ministério do Meio ambiente o fato de não querer participar dos consórcios por já estar, na mesma época, com um Plano de Saneamento e gestão dos resíduos encaminhado, fazendo menção ao consórcio metropolitano entre o município de Aracaju, São Cristóvão e Nossa Senhora do Socorro, e por isso permaneceriam “isolados” com relação aos outros municípios.

Existe, porém uma relação conflituosa entre as prefeituras de Aracaju e Nossa Senhora do Socorro, pois o prefeito Fabio Henrique do PDT não concordou completamente com o funcionamento e nem mesmo com a existência do consórcio entre os três municípios, afirmando que o consórcio nunca foi criado efetivamente e que nenhum tipo de discussão sobre o assunto havia sido tomada. O prefeito Fábio Henrique, na época, afirmou em notícia que o prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira, estaria deliberadamente tomando decisões relacionadas ao aterro sanitário e que a prefeitura de N. Socorro não se submeteria a essa situação.

Olhando de perto esse processo político, que se utiliza do conhecimento técnico da expertise na política, é possível perceber que existem meios por onde são utilizadas as formações técnicas para operacionalização das políticas de gestão dos resíduos. Existe primeiramente a entrada institucional comum via Concursos públicos, onde se predomina a efetividade e regularidade dos cargos e funções; Outra forma é pelo uso dos Contratos, onde normalmente são contratadas empresas através das licitações e contratos diretos, como é o caso da empresa CAVO que realiza o serviço de coleta, a empresa ESTRE responsável pelos aterros sanitários e a TORRE responsável pela limpeza urbana.

Não que tais empresas sejam contratadas única e exclusivamente por participar dos processos licitatórios, pois se sabe que cada grupo gestor possui sua rede de vínculos que favorece seus respectivos períodos de gestão o que inclui também a presença do setor empresarial. E por último tem-se a ocupação dos cargos Comissionados, onde determinadas funções dentro do estado são ocupadas por membros de confiança da rede de vínculos que envolve, o gestor e/ou seu grupo.

O processo que se destaca é o fato de que a depender da conjuntura política vigente, a situação dentro das instituições pode ser influenciada diretamente na ocupação dos cargos das instituições de interesse, pois os vínculos partidários

estabelecidos internamente na política são priorizados, realidade muito presente na ocupação dos cargos comissionados.

O que foi possível perceber é a presença de profissionais que conseguem manter-se na instituição ocupando determinados cargos mesmo que a conjuntura política mude. Agentes governamentais como esse, conseguem permanecer, vinculados ao estado até mesmo em gestões partidárias opostas, não que não haja nenhuma mudança interna nessas situações, pois constata-se conflitos internos ligados a “desconfiança” entre os agentes na instituição, o que normalmente resulta em mudanças de setor e de cargos, mas de todo modo a à permanência na instituição, podendo mudar a relevância daquele agente dentro das relações, a depender do cargo que ele esteja ocupando no momento.

Aparentemente existe um afastamento por parte desse agente, para com o meio político, o que garantiria para esse indivíduo uma espécie de “independência partidária” do estado demonstrando a existência de outros meios de realizar vínculos, que ultrapassam a política partidária e adentram uma lógica ampliada das redes de relações.

O interesse em mobilizar políticas em um determinado setor, é algo pertinente nessas mudanças de agenda política como é o caso da questão ambiental, um exemplo disso, são os conflitos ocorridos no caso da coleta de resíduos envolvendo, empresas e setor público, o que está muito ligado à continuidade das empresas e de certos profissionais, outro caso são as mobilizações das cooperativas que a depender da gestão pode ter suas relações enfraquecidas.

O uso da expertise na política pode ser percebido nesse momento quando analisamos o movimento de inserção de agentes públicos na política. Esses agentes fazem parte de uma rede de relações onde basicamente os agentes atuam como “pontes de acesso” entre núcleos internos e externos ao estado, levando e trazendo demandas, mobilizando recursos e mudanças, como também levantando debates.

Analisando esse movimento é possível perceber que os agentes relacionados a esse processo fazem parte de uma rede que liga Partidos, Instituições, Expertise e Estado. No caso, determinados partidos que possuem uma proximidade maior com a causa ambiental, quando estão sobre controle da prefeitura e/ou do governo do estado, normalmente viabilizam as políticas públicas voltadas ao meio ambiente. Já quando outros partidos que possuem outras agendas acabam por retardar as dinâmicas que sustentam as políticas ambientais, inclusive as que já estão

estabelecidas, políticas são estacionadas, ações são reduzidas e cargos deixam de ser ocupados por atores representantes dessas frentes.

Como foi o caso do período de gestão de João Alves onde a causa ambiental não tinha uma presença marcante na agenda política, inclusive é durante esse período que muitos conflitos ligados a problemas institucionais e até mesmo legais ocorrem com relação à gestão dos resíduos sólidos na cidade, abrangendo problemas de administração da coleta seletiva, sucateamento dos setores competentes e etc.

Essa disputa entre partidos pelo controle da “máquina estatal” ultrapassa a política partidária e abrange grupos dos mais diversos constituindo assim uma rede de relações. Alguns partidos e movimentos sociais possuem afinidades ideológicas e políticas e em meio a uma determinada conjuntura esses grupos estabelecem vínculos específicos que os favorece no “jogo político”. Essa rede é formada por atores e instituições necessários para mobilização de demandas dentro do estado, essa articulação, fomenta a construção de políticas públicas que de certo modo abrangem a questão do problema público, enquanto ao mesmo tempo suprem determinadas demandas políticas internas.

A partir desse panorama, foi possível perceber como a institucionalização de uma política pública perpassa camadas cada vez mais densas do Estado desde as demandas externas até a atuação política cada vez mais profunda, das atividades que compõe o núcleo político local, formado por instituições e atores relacionados entre alianças e conflitos tão integrados quanto à própria política em si.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa mostra que as relações sociais entre grupos políticos são construídas cotidianamente na política, e os resultados desses vínculos são os fatores construtivos da conjuntura política e social que irá sustentar a formulação das políticas públicas.

Desse modo, os desajustes internos no setor público incitaram as questões levantadas para essa pesquisa, sobre como o problema torna-se causa pública e de que forma o Estado visa solucionar os problemas através de suas políticas. Essas que estão diretamente ligadas a contextos e relações sociais que escapam o âmbito

local e partem para o âmbito nacional, com diretrizes federais ligadas a fatos e contextos sociais ainda maiores de âmbito internacional.

Tendo como fator resultante um aumento significativo na capacidade de influência das diversificadas redes de organizações partidárias, promovendo assim mudanças internas, a partir de demandas externas ligadas a interesses e lógicas próprias (Marques, 2003), representando assim fortes aspectos para a análise das dinâmicas de funcionamento de tais instituições.

Considerando sempre, a capacidade de influência das redes de relações, principalmente da política partidária, que estão envolvidos em todo processo, e representam instituições e transitam dentro da dinâmica política entre estratégias internas, interesses e demandas mais gerais. Essas redes são extensas e podem ser formadas tanto dentro do meio político partidário quanto fora dele, abrangendo diversos setores sociais, como os próprios partidos, a gestão pública, setores burocráticos, ciência, mídia, cooperativas, sindicatos, ONGs, associações, consultorias técnicas (expertise), enfim inúmeros setores que formam a rede que constituem o que chamaria aqui, mais uma vez, de Estado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm.

HANNIGAN, J.A.; **Sociologia ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

IBGE - **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008 – 2010** – Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45351.pdf>

LOUREIRO, M.R., PACHECO, R.S.; **Formação e consolidação do campo ambiental no Brasil: consensos e disputas (1972- 92)**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v.29, n.4, p. 137-53, out./dez. 1995.

MARQUES, E. C.; **Redes sociais, instituições e atores políticos no governo da cidade de São Paulo**. São Paulo, Annablume, 2003.

MELO, M. A. **Estado, Governo e Políticas Públicas**. In: MICELI, S. (Org.) O Que Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995). Ciência Política (Volume III). São Paulo, Sumaré, Anpocs/Capes, 1999, p. 59-99.

NEDER, R. T.; **Crise Socioambiental: estado e sociedade civil no Brasil (1982-1998)**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2002.

OLIVEIRA, W. J. F.; **Significados e usos sociais da expertise na implementação de políticas públicas de gestão ambiental**. Sociedade e Cultura (Online), v. 12, p. 139-150, 2009

SOUZA, C.; **Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas** In. HOCHMAN, G., ARRETCHE, M., MARQUES, E.; Políticas Públicas no Brasil, Fiocruz 2006

XAVIER, J. S.; **Dinâmicas Estatais E Políticas Públicas, Uma Análise Da Gestão Dos Resíduos Sólidos**. 2018, 67f. Monografia Bacharelado Ciências Sociais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.